

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2017/2018

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP002181/2018
DATA DE REGISTRO NO MTE: 05/03/2018
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR008166/2018
NÚMERO DO PROCESSO: 46267.000239/2018-97
DATA DO PROTOCOLO: 21/02/2018

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO RURAL DE FRANCA, CNPJ n. 47.986.112/0001-27, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE HENRIQUE MENDONCA;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DE FRANCA, CNPJ n. 45.313.509/0001-22, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARCELO JOAQUIM DE ALMEIDA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de outubro de 2017 a 30 de setembro de 2018 e a data-base da categoria em 01º de outubro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Setor cultura diversificada e pecuária**, com abrangência territorial em **Cristais Paulista/SP, Franca/SP e Restinga/SP**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL**

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

Concessão pelos empregadores de reajuste salarial da categoria profissional nos termos da Legislação vigente, em percentual máximo equivalente a **2,6% (dois inteiros e seis décimos por cento)**, quitando-se, assim, toda a inflação eventualmente ocorrida no período compreendido entre 01/10/2016 até 30/09/2017, facultando-se a compensação de eventuais reajustes/aumentos concedidos à título de antecipação, exceto os decorrentes de promoção, equiparação, reestruturação e transferência.

CLÁUSULA QUARTA - PISO SALARIAL OU MÍNIMO NORMATIVO

O Salário Normativo ou Piso Salarial da categoria será de **R\$1.150,00 (Um mil e cento e cinquenta reais) por mês**, a partir de **1º/10/2017**, e deverá ser reajustado de conformidade com a política salarial vigente ou a que vier substituí-la.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O piso normativo será equiparado ao Salário Mínimo Nacional ou Estadual, caso estes atinjam valor superior ao que foi neste ato negociado. Na ocorrência da equiparação na forma retro mencionada, a vigência se dará a partir da formalização oficial e publicação do ato legal que definiu o piso normativo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ficam os empregadores expressamente autorizados a compensarem eventuais reajustes/aumentos concedidos a título de antecipação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Considerando-se que a presente norma coletiva está sendo formalizada após a data base (1º/10/2017), ficam os empregadores autorizados a efetuarem o pagamento de eventuais diferenças salariais na folha de pagamento do mês de março de 2018, sem qualquer ônus.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTOS DE SALÁRIOS**

Os pagamentos de salários serão efetuados, em cheques nominais, em dinheiro, ou ordem de pagamento bancária, durante a jornada de trabalho.

DESCONTOS SALARIAIS**CLÁUSULA SEXTA - DOS DESCONTOS**

Ficam proibidos os descontos genéricos, devendo cada parcela ser discriminada a que título for e o motivo do desconto.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTES DE PAGAMENTOS**

Será fornecido a cada empregado comprovante de pagamento com discriminação das importâncias pagas e descontos efetuados, contendo a identificação do empregado e do empregador.

**GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS
ADICIONAL DE HORA-EXTRA**

CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRAS

Fica estabelecido que as horas extraordinárias serão remuneradas com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à remuneração da hora normal, para as duas primeiras horas extras, e, 100% (cem por cento) para as posteriores.

CLÁUSULA NONA - INTEGRAÇÃO DE HORAS EXTRAS

As horas extras habituais serão consideradas, para todos os efeitos legais, integradas na remuneração do empregado, tanto para os cálculos de aviso prévio, indenização, como de férias, 13º salário, repouso semanal remunerado e feriados.

AUXÍLIO TRANSPORTE**CLÁUSULA DÉCIMA - VEÍCULOS DE TRANSPORTE**

Os veículos destinados ao transporte de empregados rurais deverão satisfazer as condições técnicas de segurança e comodidade para o transporte de pessoas, sem ônus para o empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

SEGURO DE VIDA**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SEGURO DE VIDA OBRIGATÓRIO**

Fica obrigatório a partir de março/2018 os empregadores rurais manter em favor dos empregados rurais o seguro de vida por morte natural, acidental e por invalidez, no valor de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)** nos termos da legislação vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na hipótese do empregador deixar de manter o seguro previsto nesta cláusula, ficará sujeito ao pagamento de uma multa equivalente a 10% (Dez por cento) do piso normativo.

**CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES
NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO****CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONTRATOS DE TRABALHO**

Na vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, os contratos individuais de trabalho serão obrigatoriamente registrados nas CTPS's dos empregados de acordo com a Lei n.º 5.889, de 08 de junho de 1973, e celebrados entre os empregadores e empregados rurais, evitando-se a intermediação, salvo empresas de trabalho regularmente constituídas, hipótese em que o tomador de mão-de-obra ficará obrigado solidariamente pelo fiel cumprimento das cláusulas desta Convenção.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para contratos de curta duração até o limite de 30 (trinta) dias que poderão ser prorrogados por igual prazo, os empregadores poderão terceirizar os serviços a profissionais autônomos legalmente habilitados, empresas ou cooperativas prestadoras de serviços.

**OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO****CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA DE SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO**

Garantia ao empregado admitido para a função de outro, de igual salário do substituído, com exceção das vantagens pessoais do dispensado substituído.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - HOMOLOGAÇÕES CONTRATUAIS

Obrigatoriedade aos empregadores rurais de apresentarem no ato das homologações contratuais, que preferencialmente serão efetuadas pela entidade Sindical dos empregados, de todos os recolhimentos previstos em lei e nas Convenções Coletivas, vedadas as ressalvas não especificadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ENTREGA DE DOCUMENTOS

Obrigatoriedade dos empregadores rurais, através de seus prepostos, quando exigidos pelos mesmos, no recebimento da CTPS, certidão de nascimento ou casamento ou qualquer atestado, mediante recibo a favor de empregado rural.

**RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES
NORMAS DISCIPLINARES****CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - MULTA**

Fixação de multa no valor de 5% (cinco por cento) do salário normativo, por infração, e por empregado no caso de violação das condições acordadas, com reversão do valor correspondente à parte prejudicada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - USO DE CELULAR EM SERVIÇO

É vedado ao empregado o uso de aparelho celular durante as jornadas de trabalho.

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - INSTRUMENTO DE TRABALHO**

Fornecimento gratuito de instrumento de trabalho no local de prestação de serviços, cujo transporte poderá ser feito no mesmo veículo, em compartimento separado e seguro, onde as ferramentas ficarão guardadas, até o término do contrato.

ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SERVIÇO MILITAR**

Estabilidade provisória de empregado de idade de serviço militar, desde a data do alistamento até 60 (sessenta) dias após a baixa ou dispensa do serviço militar, salvo por motivo de justa causa ou pedido de dispensa.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA**CLÁUSULA VIGÉSIMA - GARANTIA DE EMPREGO**

Proibição aos empregadores rurais de dispensarem seus empregados rurais durante os 12 (doze) meses que antecederem à aquisição do direito à aposentadoria por idade, desde que tenha mais de 05 (cinco) anos ininterruptos de serviço na mesma empresa, salvo se por justa causa.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS**

O empregador rural será obrigado a possuir o competente receituário agrônomo para que o empregado possa aplicar defensivos agrícolas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregadores rurais deverão ministrar aos empregados rurais, que exerçam esta atividade, curso para aplicação de defensivos agrícolas, onde serão esclarecidos os riscos deste trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A recusa do trabalhador, após devidamente notificado, por termo expresso, na utilização dos equipamentos de segurança, acarretará a dispensa por justa causa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FORNECIMENTO DE MORADIA

A moradia do empregado se possível, será dotada de luz elétrica, água encanada e a instalação sanitária, quando fornecidos gratuitamente pelo empregador, não serão esses valores (moradia, luz elétrica, água encanada e instalação sanitária) integrados à remuneração do empregado, para quaisquer fins.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Quando da contratação o empregado deverá fornecer lista dos integrantes da sua família não sendo permitida a moradia de novas pessoas na mesma casa cedida, sem autorização expressa do empregador.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Rescindido o contrato de trabalho por qualquer motivo, o empregado terá até 30 (trinta) dias para desocupar o imóvel que lhe foi cedido, contados da homologação da rescisão contratual.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - PERMANÊNCIA DO EMPREGADO NO LOCAL DE TRABALHO POR INTERESSE PESSOAL

Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos previsto no § 1º do art. 58 da CLT, quando o empregado, por escolha própria, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer atividades particulares, entre elas: Práticas religiosas, descanso, lazer, estudo, alimentação, atividades de relacionamento social, higiene pessoal e troca de roupa ou uniforme, quando não houver obrigatoriedade de realizar a troca na empresa.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - COMPENSAÇÃO

Os empregadores poderão estabelecer acordos de compensação de jornada de trabalho com seus empregados (Banco de horas), comunicando a respectiva Entidade Sindical Profissional através de correspondência ou e-mail.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - COMPENSAÇÃO/FERIADOS

Os empregadores poderão estabelecer programa de compensação de dias úteis intercalados entre domingos e feriados e fins de semana e carnaval, de sorte a conceder aos empregados um período mais prolongado de descanso, mediante entendimento direto com a maioria dos empregados dos setores envolvidos.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO INTERVALO INTRAJORNADA

Os empregadores poderão conceder aos empregados intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para refeição e repouso, desde que o final da jornada diária ocorra 30 (trinta) minutos antes do horário normal.

DESCANSO SEMANAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONCESSÃO DE FOLGAS

Será concedido um dia de folga ao empregado rural que resida no local de trabalho, e que seja chefe de família, por ocasião do pagamento do mês, ou ½ dia quando por quinzena, para fim específico de efetuar compras, compensando-se nos dias subsequentes, mediante escala prévia de revezamento, conforme as exigências dos serviços.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ORDENHA

O tempo despendido na ordenha e, desde que, destinado ao consumo do empregado, não integrará a jornada diária de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO: O produto da ordenha destinado ao consumo do empregado não integrará sua remuneração.

SOBREAVISO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CARTA-AVISO

Entrega ao empregado de Carta de Aviso, em caso de dispensa com alegação de falta grave, sob pena de gerar presunção de dispensa imotivada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - AVISO PRÉVIO

Em caso de dispensa sem justa causa, ficam os empregadores rurais obrigados a conceder o aviso prévio de 45 (quarenta e cinco) dias, para os empregados com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade, desde que o empregado tenha mais de três (03) anos, ininterruptos de serviços prestados para o mesmo empregador.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DIAS PARADOS

Pagamento de salários integrais aos empregados nos dias em que não haver trabalho em virtude da ocorrência de chuvas ou outros fatores alheios à vontade dos mesmos, desde que comprovada sua presença no local de prestação de serviço ou no ponto de reunião para embarque.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ESTRANHOS À RELAÇÃO DE EMPREGO

Ao empregado que permitir a presença, no local de trabalho de pessoas trabalhando, não autorizadas e estranhas à relação de emprego, será aplicada advertência por escrito.

FÉRIAS E LICENÇAS REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - FÉRIAS - FRACIONAMENTO

Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até 03 (três) períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 (quatorze) dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a 05 (cinco) dias corridos, cada um.

LICENÇA MATERNIDADE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - TRABALHADORA RURAL GESTANTE

Ficam assegurados à empregada rural gestante 60 (sessenta) dias de estabilidade após o término do afastamento compulsório.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica estabelecido que a empregada rural gestante, quando da rescisão contratual, deverá confirmar tal estado através de atestado médico, no prazo de 30 dias contados da data da demissão, sob pena de perder os benefícios previstos na lei, devendo, sua rescisão contratual, ser homologada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, quando houver, ou na Subdelegacia do Ministério do Trabalho.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS DE AFASTAMENTO DE SALÁRIOS

O empregadores deverão preencher o atestado de afastamento de salário (A.A.S.), quando solicitado pelo empregado nos seguintes prazos:

- A) máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação, nos casos de obtenção de benefícios por auxílio-doença;
- B) máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da solicitação nos casos de obtenção da aposentadoria.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - FORNECIMENTO DE ABRIGOS E ÁGUA POTÁVEL

Os empregadores rurais ficam obrigados a oferecer abrigos nos locais de trabalho para proteção de seus empregados, contra chuvas ou outras intempéries, podendo ser utilizado para esse fim o próprio veículo transportador, oferecendo, durante a jornada de trabalho, água potável.

EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - EQUIPAMENTOS E MEIOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA

Fornecimento obrigatório de equipamentos de segurança e meios de proteção, quando necessários à execução do serviço.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Reconhecimento e aceitação pelos empregadores, de atestados médicos e odontológicos expedidos por profissionais da saúde legalmente habilitados conveniados com o sindicato dos trabalhadores ou órgão oficial da Previdência ou da Saúde.

PARÁGRAFO ÚNICO: Quando o empregado entregar o atestado médico ou odontológico, o empregador fornecerá o contra-recibo

ACOMPANHAMENTO DE ACIDENTADO E/OU PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - SALARIO DO ACIDENTADO

Obrigatoriedade ao empregador rural de pagamento da diferença correspondente à complementação da remuneração devida ao empregado, por ocasião de acidentes de trabalho, durante o período de inatividade não superior a 90 dias, com garantia de emprego da forma da lei, desde que seja fração igual ou superior a 15 dias.

PRIMEIROS SOCORROS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - SOCORRO DO ACIDENTADO

Obrigatoriedade do empregador, em caso de acidentes, inclusive por seu preposto, providenciar condução de socorro imediato ao acidentado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em caso de acidente do trabalho, a falta de comunicação por parte do empregador importará em responsabilidade pelo pagamento integral dos salários durante o período de inatividade.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE PRIMEIROS SOCORROS

Que nos locais de trabalho seja mantida, pelo empregador, caixa de medicamentos de primeiros socorros.

OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DOENÇA DO TRABALHADOR

Pagamento pelos empregadores dos primeiros quinze dias de remuneração nos casos de afastamento por motivos de doença.

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - ACESSO DA DIRETORIA

Fica facultado o acesso do Presidente ou do Diretor devidamente credenciado, do Sindicato de Trabalhadores acordante e, desde que comunicado previamente e devidamente acompanhado pelo empregador, ou seu representante, aos locais de trabalho.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

Os empregadores, na condição de meros agentes arrecadadores, descontarão dos salários dos mesmos a partir do mês de março de 2018, na forma da Assembleia especialmente convocada para esse fim, devidamente aprovada pelos associados do Sindicato dos Empregados Rurais, o percentual mensal correspondente a 2% (dois por cento), sobre o salário, observada a legislação vigente.

PARÁGRAFO PERIMEIRO: A partir de março de 2018 os empregados que se opuserem ao desconto da contribuição deverão apresentar aos empregadores documento expedido pelo Sindicato dos Empregados Rurais informando sua oposição.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - QUADRO DE AVISOS

Permissão aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de afixar nos veículos de transporte de empregados rurais, avisos de interesse da categoria profissional, inclusive campanhas de sindicalização, desde que confeccionados em papel timbrado do Sindicato e assinado pelo representante legal da Entidade Sindical, notificando-se os representantes dos empregadores.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ELEIÇÃO

Eleição da Justiça do Trabalho para a solução de quaisquer pendências decorrentes da Convenção ou Acordo ou Sentença Normativa Prolatada.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - APLICABILIDADE

Esta Convenção Coletiva de Trabalho é de aplicabilidade abrangente na base territorial de representatividade dos sindicatos signatários, ou seja, nos municípios de **Franca/SP, Restinga/SP, e Cristais Paulista/SP**, observando-se o disposto no artigo 615 da CLT, ressalvados os Acordos ou Convenções locais.

JOSE HENRIQUE MENDONCA
PRESIDENTE
SINDICATO RURAL DE FRANCA

MARCELO JOAQUIM DE ALMEIDA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DE FRANCA

ANEXOS
ANEXO I - ATA DE MESA REDONDA

ATA DE REUNIÃO DO SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DE FRANCA E REGIÃO E O SINDICATO RURAL DE FRANCA, PARA NEGOCIAÇÃO FINAL DA PAUTA DE REINVIDICAÇÕES E CONVENÇÃO COLETIVA DA CULTURA DA LAVOURA.

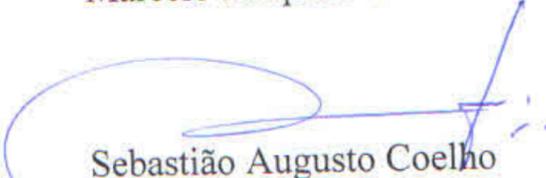
Aos 17 dias do mês de janeiro do ano de dois mil de dezoito, às 10:00 (dez) horas, na sede do Sindicato dos Empregados rurais, na rua Virgínio Pereira nº 1870 em Franca, reuniram-se: pelo Sindicato dos Empregados Rurais os senhores Marcelo Joaquim de Almeida, presidente da entidade, Joel Gonçalves dos Santos, secretário, Sebastião Augusto Coelho, tesoureiro e Dr. Luiz Carlos Timoteo, assessor jurídico e representando o sindicato patronal, Sindicato Rural de Franca os senhores José Henrique Mendonça, presidente e Marcos Antônio Saia, assessor jurídico, todos com poderes de negociação. Instalados os trabalhos, ficou decidido, conforme aprovação em assembleia dos trabalhadores, realizada em 23 de dezembro de 2017, cujo edital foi publicado no Jornal Diário da Franca às folhas 17 com a seguinte ordem do dia: 1- Leitura, discussão da ata anterior; 2- apresentação, aprovação ou não da convenção coletiva da categoria profissional negociada com junto ao Sindicato patronal; 3- fixação ou não de contribuições para custeio da organização sindical conforme determina o Art. 513 e seguintes da CLT e em caso positivo, qual o percentual dos descontos; 4- autorização ou não para o desconto em folha de pagamento das contribuições, em caso de aprovação pela assembleia, ficando desde já cientes de que após o término das negociações ficará aberto o prazo para oposição aos descontos, para o que deverá o trabalhador comparecer pessoalmente na sede do Sindicato, tendo sido aprovados: o piso salarial da categoria, no valor de R\$ 1.150,00 (Hum mil cento e cinquenta reais) bem como o percentual de aumento em 2,6 % para aqueles empregados que ganham acima do piso, a contribuição para custeio e sobrevivência da entidade fixada em 2% (Dois por cento) do salário mensal do trabalhador, bem como autorização para seu desconto em folha de pagamento, com a anuência de ambas as partes, ficou decidido pela aprovação da Convenção Coletiva, mantendo-se as cláusulas sociais, a data base, reajuste do piso salarial para R\$ 1.150,00 (Hum mil cento e cinquenta reais), retroativo a 1º de outubro de 2017, obrigatoriedade de seguro de vida do trabalhador em valor mínimo de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), após o que o presidente do Sindicato dos Empregados Rurais elogiou o esforço despedindo pelo Sindicato patronal para êxito das negociações, agradeceu a todos, determinando a elaboração da presente ata que será assinada pelos presentes e dando por encerrada a reunião. Franca, 17 de janeiro de 2018.



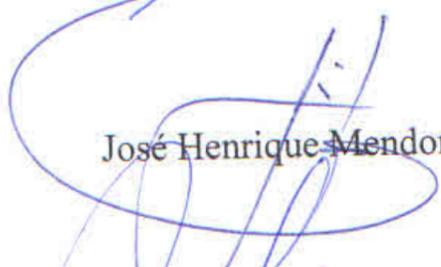
Marcelo Joaquim de Almeida



Luiz Carlos Timoteo



Sebastião Augusto Coelho



José Henrique Mendonça



Joel Gonçalves dos Santos



Marcos Antônio Saia